

DIREITOS E AUTONOMIA REPRODUTIVA NA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE PARA A JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DO ENSINO SUPERIOR E ONGs

RIGHTS AND REPRODUCTIVE AUTONOMY ON SEXUAL EDUCATION FOR YOUTH: AN ANALYSIS OF THE ACTIONS OF HIGHER EDUCATION AND NGOs

Maria de Fátima Salum MOREIRA¹
Talvana Laiz Martins TORRES²
Maytê Gouvêa Coletto BEZERRA³

RESUMO: Sabe-se que atualmente a sexualidade juvenil ainda é tratada como um problema por diversas instituições, notadamente as que são voltadas para a saúde e educação. Nesse sentido, jovens tornam-se alvo de ações políticas que visam a 'prevenção' de riscos sociais no âmbito da sexualidade e da reprodução. Neste trabalho, compreendemos as jovens e os jovens como sujeitos de direitos, inclusive os sexuais e reprodutivos, pensados como parte integrante dos direitos humanos. Eles congregam a sua formação, informação, diálogo, contextualização, reivindicação e organização para elaborar projetos e estratégias de luta. Avaliamos que as instituições educacionais, em todos os níveis de ensino, têm um papel fundamental no enfrentamento às violações de tais direitos, visto que podem participar da formação para a vivência de uma sexualidade que tenha como fundamento o ideário de responsabilidade, autonomia e integridade dos sujeitos. Nesse sentido, apresentaremos alguns resultados e análises de duas pesquisas que objetivaram conhecer a abordagem dos direitos reprodutivos realizada na produção de materiais didáticos elaborados para subsidiar ações educativas para a juventude, os quais foram produzidos em instituições do ensino superior e ONGs.

PALAVRAS-CHAVE: educação em sexualidade, direitos reprodutivos, juventude, ONGs, saberes acadêmicos.

INTRODUÇÃO

Os estudos apresentados neste artigo⁴ fazem parte dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no projeto *Gênero e sexualidade na educação escolar: saberes, representações e práticas sociais*⁵. Com a abordagem de tais temáticas, visa-se contribuir com as discussões e interpretações acerca da dinâmica da vida escolar em face do tratamento do gênero e da sexualidade, em sua articulação com o campo dos direitos e das práticas de enfrentamento de preconceitos, exclusão e desigualdades da, na e pela escola.

O projeto envolve um conjunto de trabalhos sobre educação escolar, em suas interfaces com gênero, raça/etnia e classe social articuladamente a temas como relações

¹ Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, e professora no Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. E-mail: fatimasalum@gmail.com

² Professora e Coordenadora Pedagógica da Faculdade de São Sebastião (FASS), São Sebastião, São Paulo, Brasil. E-mail: ttaluana@hotmail.com

³ Professora Assistente da Universidade Federal do Paraná, Campus Avançado em Jandaia do Sul, Jandaia do Sul, Paraná, Brasil. E-mail: mayte@ufpr.br

⁴ As análises preliminares sobre o tema foram publicadas sob forma de capítulo de livro (MOREIRA; TORRES; COLETO, 2013).

⁵ Projeto coordenado pela professora Dra. Maria de Fátima Salum Moreira, no Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT, UNESP, e no Programa de Mestrado da Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE.

afetivo-sexuais e diversidade, gravidez e maternidade, dentre outros, buscando-se elaborar explicações para os modos como se produzem e funcionam os mecanismos de diferenciação e classificação social nos espaços escolares.

Entendemos que a relação entre direitos reprodutivos, educação e ensino é um campo de estudo pouco examinado em investigações acadêmicas e para cuja relevância agora chamamos atenção. Sua importância reside na possibilidade extremamente necessária de ampliar e aprofundar a análise das dimensões éticas e políticas do gênero e da sexualidade. Para tal, são avaliados os modos como se fazem presentes nos saberes acadêmico-educacionais, na organização escolar, nos currículos, nas relações pedagógicas e nas interações entre os seus diversos agentes. De modo mais amplo, pretende-se contribuir para a análise da dimensão da cultura e seus aspectos simbólicos na sociedade contemporânea.

O caminho metodológico proposto para investigar tais problemáticas é centrado em estudos sociológicos e culturais, exercitando um olhar analítico que convirja para a observação das práticas e representações, das estratégias e tático, presentes no campo dos discursos e das relações entre os agentes da educação. Isso é feito com base nas perspectivas teóricas traçadas por Roger Chartier (1990) e Michel de Certeau (2002). Ambos priorizam a interpretação e compreensão da dinâmica social e histórica pelo viés da produção simbólica e imaginária da sociedade.

Para Chartier (1990, p. 23), as representações sociais podem ser entendidas sob três modalidades:

[...] o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos [...] as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição [...] as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Certeau (2002), por sua vez, traz uma discussão bastante elucidativa do modo como operam os embates entre representantes – ou instâncias coletivas - que competem pelo poder de definir os significados para as práticas sociais. Utilizando-se dos conceitos de estratégia e tática, o autor define o primeiro como os sistemas e discursos totalizantes originários de determinados lugares institucionais, centralizados e organizados, tais como as instituições religiosas, científicas, exércitos, empresas e outros tipos de organizações. Estes atuam no sentido de gerir as relações com aqueles que aparecem como possíveis alvos ou ameaças.

As Universidades e, atualmente, também as ONGs podem ser colocadas enquanto lugares estratégicos na produção de significados e valores que intervirão na produção

de subjetividades, identidades e relações sociais. E, no caso de nossos estudos, aqueles seus produtos que analisamos são dirigidos para o trabalho com jovens em espaços educativos e escolares. Embora saibamos que a apropriação e usos de tais representações são feitas de formas diversas e criativas, enfatizamos aqui a sua força e eficácia na regulação da vida social.

Porém, podemos perguntar qual é o modo como pensamos as universidades e os seus agentes, especialmente, aqueles que estão diretamente ligados às suas atividades fins: a pesquisa, o ensino e a extensão? Porém, podemos perguntar qual é o modo como pensamos as universidades e os seus agentes, especialmente, aqueles que estão diretamente ligados às suas atividades fins: a pesquisa, o ensino e a extensão? Pensemos, ainda, naqueles que são os autores dos materiais analisados; além de indagar sobre “o que produziram”, precisamos indagar também em que contexto social e político isso foi feito, quais são as demais instâncias – e seus representantes – que estão no campo de disputas para definir saberes e representações acerca de uma determinada questão social? Lembrando que os autores e produtores, em geral, dos materiais também são sujeitos que operam suas ações em função de suas pertencas e experiências sociais – classe, raça, gênero, religião, formação acadêmica etc. Tudo isso deve ser levado em consideração quando se observa criticamente os produtos em análise. Sob tal perspectiva, as práticas discursivas e seus efeitos são compreendidos como constituintes da sociedade e, ao mesmo tempo, constituídas pelas relações sociais e de poder que se encontram em todas as suas dimensões. Entendemos que é na vida social cotidiana que

[...] se fazem presentes relações de poder forjadas no confronto entre sujeitos com desejos, valores, ideias, interesses e necessidades que se opõem e antagonizam, numa relação que é sempre conflituosa, contraditória e em movimento. Nesse processo de lutas, opõem-se práticas e simbolismos que se fazem/refazem a cada nova experiência, mediadas que são por nossas vivências particulares e coletivas, no interior das quais se produzem as nossas representações e valores sobre classe, etnia, raça, geração, sexualidade etc. (MOREIRA, 2005, p. 146).

Vale retomar que o trabalho com o tema da sexualidade nas escolas brasileiras já vem sendo realizado há bastante tempo, ainda que nomeado de distintas formas, com diversas preocupações e métodos. Na literatura encontram-se referências de preocupações a respeito desde a década de 1920, ainda que a formalização e maior visibilidade de projetos educacionais tenham ocorrido a partir da década de 1970 (VIANNA, 2011). Todavia, conforme Vianna (2011, p. 211),

A retomada efetiva dessa questão na área educacional deu-se a partir de 1995 com a pressão de movimentos de mulheres e com as sucessivas respostas do governo de Fernando Henrique Cardoso aos compromissos internacionais relativos a uma agenda de gênero e sexualidade assumidos pelo governo.

Nas pesquisas discutidas nesse artigo, analisamos ações do início dos anos 2000, início do Governo Lula, no qual a questão avança de outro modo. Com significativa participação e diálogo com os movimentos sociais, implementa-se uma série de novas políticas, das quais se destacam especificamente no âmbito do gênero e da sexualidade, os programas e planos de ação que concernem aos direitos do conjunto da população não heterossexual e das mulheres. Dessas propostas, resultaram demandas a serem enfrentadas na área da educação, cuja solução escolhida deu-se pela opção do financiamento e apoio governamental a projetos empreendidos por instituições de ensino e ONGs interessadas.

Para estudarmos alguns desses projetos, nossos procedimentos metodológicos se basearam na técnica de triangulação de dados, conforme proposta por Minayo (2007), de modo que os dados produzidos foram cruzados entre si para localizar, por um lado, em quais pontos se encontravam e convergiam na produção de significados e problematizações e, por outro, em quais eles se distinguiam, distanciavam e se opunham.

A abordagem ética dos direitos reprodutivos dos jovens foi tomada como pressuposto político em duas pesquisas (COLETO, 2012, TORRES, 2014) que são discutidas neste artigo.

1. DIREITOS REPRODUTIVOS, GÊNERO E EDUCAÇÃO

Os Direitos Reprodutivos como parte dos Direitos Humanos referem-se aos direitos de todas e todos no que refere à reprodução e a não reprodução também. Nesse sentido, agregam os direitos individuais de decidir livre e autonomamente sobre ter ou não filhas ou filhos, quantos, quando, como, além de se referirem à responsabilidade por parte do Estado e de todos nós no que diz respeito às garantias e provisões das condições necessárias para vivenciar plenamente e com seguranças tais opções.

Por isso, é possível visualizar demandas e conquistas no âmbito dos direitos reprodutivos nas mais diversas áreas como no direito trabalhista, na proteção social, na saúde, na educação, entre outras, pois os direitos reprodutivos são relativos aos direitos abaixo elencados:

À vida e à sobrevivência; À saúde sexual e reprodutiva, inclusive os benefícios ao progresso científico; À liberdade e à segurança; à não-discriminação e o respeito às escolhas; À informação e à educação para tomada de decisão; À autodeterminação e a livre escolha da maternidade e paternidade; Ao casamento, à filiação, à constituição de uma família; À proteção social à maternidade, paternidade e à família, inclusive no trabalho. (VENTURA, 2009, p. 19).

Infelizmente, ressalva-se que muitas dessas conquistas são em realidade apenas em âmbito legal, muitas vezes, ainda não se concretizaram na vida da maioria das pessoas.

Especialmente na área da Educação, apontamos que as ações sobre a questão dos direitos reprodutivos passaram formalmente a fazer parte da política pública brasileira em nível federal com a criação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* na eleição da *Orientação Sexual* como um de seus *Temas Transversais*. Tal documento incluiu como parte da argumentação acerca da relevância do assunto que “[...] a Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos” (BRASIL, 1998, p. 293).

Contudo, também se reconheceu a lacuna com respeito à temática na formação inicial da maioria das professoras e professores. Explicam que tradicionalmente

As escolas de formação inicial não incluem matérias voltadas para a formação política nem para o tratamento de questões sociais. Ao contrário, de acordo com as tendências predominantes em cada época, essa formação voltou-se para a concepção de neutralidade do conhecimento e do trabalho educativo. (BRASIL, 1998, p.32).

Desse modo, para tentar suprir tais necessidades nessa área algumas universidades introduziram disciplinas pertinentes ao tema em cursos de educação e observa-se que muitos projetos de formação continuada de professores vêm sendo criados seja por universidades ou ONGs com e até sem apoio financeiro por parte do governo.

Entendemos que as problemáticas que envolvem tal temática devam ser abordadas pela via dos direitos reprodutivos os quais, enquanto constituintes dos direitos humanos, implicam nos direitos de formação, informação, diálogo, contextualização, reivindicação e organização para elaborar projetos e estratégias de luta. Ou seja, não se trata da ideia de *trazer à tona* a verdade ou algum padrão ideal de conduta para ser vivido, como se esses realmente existissem. A ideia é a de que se propicie a todos e todas as condições e possibilidades para fazerem suas escolhas de forma livre e autônoma. Mais ainda, como se tratam de crianças e adolescentes, enquanto sujeitos de direitos, suas decisões devem ser consideradas, empregando-se os meios necessários para resguardá-las de riscos ou perigos em relação à sua integridade física, emocional e social.

Outra consideração é a forte implicação dos direitos reprodutivos com a perspectiva de gênero, afinal “[...] a linha de pesquisa sobre saúde ‘da mulher’, depois ‘reprodutiva’ e, finalmente, sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos é uma importante vertente dos estudos de gênero” (CITELI, 2005, p. 83).

Tomando esse aspecto em conta, é importante salientar o fato de que no âmbito reprodutivo, não só a gravidez, mas também a contracepção, o aborto e as tecnologias conceptivas incidem prioritariamente no corpo das mulheres e meninas – e muitas vezes, em virtude de diversos fatores culturais, sociais e políticos, também de forma majoritária em suas vidas. Considera-se, portanto, que nenhuma experiência na esfera da reprodução é vivenciada da mesma forma por mulheres ou meninas e homens ou meninos.

No entanto, adverte-se que não devemos considerar o gênero isoladamente, como o único fator que pode gerar desigualdades. Lembramos as muitas desigualdades vividas entre as mulheres e entre as meninas, em virtude do aspecto geracional, ao lidarem com uma gravidez (im)prevista, por exemplo. Somado a estes dois marcadores – gênero e idade – podemos tornar as análises mais complexas à medida que inserimos outros marcadores de diferenças e desigualdades sociais. Ao tomar como referência a classe social, por exemplo, podemos explicar, infelizmente, que mesmo o aborto sendo ilegal no Brasil, algumas podem recorrer às práticas abortivas seguras e eficazes em clínicas particulares e outras tantas o fazem em lugares sem nenhuma higiene, cuidado ou qualidade colocando a própria vida em risco.

Nesse sentido, a pesquisa na área da maternidade, paternidade e direitos reprodutivos deve estar atenta à análise das dimensões culturais e sociais dos sujeitos investigados (classe social, escolaridade, trabalho, acesso a serviços de saúde, raça, religião, geração etc.), ou seja, é preciso partir de um contexto mais amplo que contemple o pertencimento social, sua visão de mundo, não perdendo de vista as desigualdades de gênero que produzem efeitos diversos nas trajetórias individuais e coletivas. Heilborn et al. (2006, p.407) salientam que é preciso “[...] romper com a clássica dicotomia que concebe a sexualidade como esfera masculina e a reprodução como domínio feminino”.

Numa perspectiva dos direitos humanos, as decisões referentes à sexualidade e à reprodução são entendidas como um direito fundamental dos indivíduos, cabendo ao Estado garanti-las e promover as condições para que os segmentos mais vulneráveis da população possam tomar decisões de forma mais autônoma (HEILBORN et al., 2006).

Josefina Brown (2011, p. 25) salienta que, nos últimos vinte anos, proliferou uma multiplicidade de discursos acerca dos direitos reprodutivos e sexuais, entretanto, o nó central está em como comunicá-los e gerar direitos para que possam ser apropriados subjetivamente pelas pessoas.

Nesse sentido, partimos da compreensão da educação enquanto um dos espaços de discussão e formação no qual é possível se apropriar e ressignificar os saberes teóricos sobre a sexualidade e direitos reprodutivos, para que sejam convertidos em direitos de fato pela população juvenil.

2. ABORDAGEM ÉTICA DOS DIREITOS REPRODUTIVOS DE JOVENS

No intento de pensarmos uma abordagem que proporcione aos jovens meios para viverem sua sexualidade de forma autônoma e responsável, recorreremos às propostas de autoras como Sonia Corrêa e Rosalind Petchesky (1996) que elaboraram uma abordagem ética dos direitos reprodutivos, a partir de quatro princípios básicos: integridade

corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade. Tais princípios serão abordados a partir da perspectiva da sexualidade e cidadania juvenil, bem como de gênero.

O princípio de integridade corporal diz respeito ao direito das mulheres de controlarem seu próprio corpo, incluindo tanto a consciência de sua capacidade sexual e reprodutiva quanto o direito à integridade física, sendo a saúde e o bem-estar a base para uma vida social plena. O direito afirmativo para usufruir de todo seu potencial corporal também implica a não submissão a violência sexual, métodos contraceptivos inseguros, além do direito de evitar ou interromper uma gravidez indesejada.

A questão da interrupção da gravidez/aborto comparece, de forma particular, na discussão sobre a sexualidade juvenil, visto que, conforme dados do Ministério da Saúde, o aborto provocado constitui a quinta maior causa de internação de jovens no sistema público de saúde (BRASIL, 2009).

Além disso, o aborto foi reconhecido como um grave problema de saúde pública e faz parte de um campo em que fortes elementos culturais, especialmente os religiosos, atuam e disputam o controle quanto aos seus significados e respectivas normatizações. As polêmicas envolvem lutas intensas no campo de valores religiosos e morais que são vinculadas a interesses e ações políticas. Scavone (2008) ressalta que esse é um dos principais temas da luta pelos direitos reprodutivos no continente latino americano. Em nosso país, propriamente, a prática do aborto é bastante utilizada de forma clandestina, o que provoca sérios riscos a vida das mulheres, principalmente as mais jovens e pobres.

Já o conceito de autonomia pessoal está diretamente relacionado com o respeito à tomada de decisões das mulheres em assuntos de reprodução e sexualidade (CORRÊA; PETCHESKY, 1996). É preciso que haja uma atmosfera de confiança para garantir o respeito à sua autonomia, por meio do reconhecimento dos valores envolvidos no modo como os diversos grupos fazem suas escolhas.

Com base em informações sociológicas e antropológicas, as feministas demonstram que geralmente as decisões de alguns grupos mais vulneráveis são tomadas sob fortes pressões da família, da comunidade e da sociedade.

Uma questão fundamental quando se discute a autonomia dos jovens é a relação de gênero aí envolvida. Estudos⁶ apontam que a escolha e uso de método contraceptivo é percebida como uma tarefa exclusivamente feminina, de modo que diversos elementos também influenciam na tomada de decisões como, por exemplo, os aspectos afetivo-sentimentais. Estes atravessam a lógica da contracepção e, não raramente, o não uso do preservativo é percebido como uma prova de amor e confiança entre os parceiros (PAIVA, 1996, TORRES, 2007). Outro elemento importante, destacado por Paiva (1996, p. 224), é que “[...] a escolha do método e a possibilidade de realizar essa escolha

⁶Sobre o assunto ver Stengel (2003), Heilborn et al. (2006) e Torres (2007).

é limitadíssima na prática, para quem tem menos recursos educacionais ou financeiros”, como é o caso de uma parcela considerável dos jovens brasileiros.

Conforme fazem Laura Mattar e Carmen Diniz (2010, p. 5), vale sublinhar que

Apesar de reconhecido em documentos internacionais, o direito à autonomia das crianças e dos jovens não é respeitado e eles freqüentemente não tomam as decisões sobre os assuntos que afetam seus corpos e sua saúde, como é o caso da reprodução. Quando o fazem, encontram uma série de barreiras em distintas esferas da vida, como discriminação no acesso à educação e à saúde.

Nosso questionamento é: como garantir a autonomia dos jovens no que tange a saúde sexual e reprodutiva no contexto brasileiro, onde ainda nos deparamos com restrições e violações de direitos básicos? Qual tipo de educação proporcionaria uma formação para o exercício da autonomia juvenil?

Podemos traçar algumas alternativas levando em consideração as propostas da Carta do Cairo e Beijing, que estimulam a participação dos próprios jovens na proposição e formulação de políticas e ações que lhes sejam direcionadas. Assim, ouvir os próprios jovens é uma das chaves para se respeitar a sua autonomia pessoal, ou seja, é preciso tratá-los como atores e não como meros objetos de políticas de saúde e educação, considerando sua capacidade de tomar decisões sobre assuntos de reprodução e sexualidade e levando a sério os desejos, experiências e valores que orientam essas decisões.

Considera-se que uma formação que abranja o princípio da igualdade, bem como da diversidade teria implicações profundas nos saberes e nas práticas educativas voltadas a juventude. Segundo Corrêa e Petchesky (1996) esse princípio se aplica a duas esferas: as relações de gênero entre homens e mulheres, entre os próprios homens, bem como entre as próprias mulheres, que envolvem condições de classe, idade, nacionalidade etc.

A primeira esfera refere-se às relações de poder que operam nas fronteiras de gênero e dizem respeito a normas culturais que produzem desigualdades sociais entre homens e mulheres no âmbito da sexualidade e da reprodução: “[...] essa desigualdade de poder inclui os sistemas sociais que não fornecem incentivos econômicos ou educacionais para que os homens se envolvam na criação dos filhos” (CORRÊA; PETCHESKY, 1996, p.166). Com relação à gravidez de jovens, Fonseca et al. (2011, p. 1018) ressaltam que o foco recai sobre o “[...] comportamento problemático feminino, isentando os rapazes e adultos masculinos de responsabilidade, tanto em relação à gravidez, como em relação à saúde sexual e reprodutiva, sobretudo no que toca às doenças sexualmente transmissíveis”.

Por fim, o último princípio ético, o da diversidade, está ligado à perspectiva da igualdade de direitos e se refere à questão do respeito às diferenças entre os jovens, considerando as peculiaridades dessa fase da vida: “[...] diferenças de valores culturais e

religiosos, por exemplo, afetam as atitudes em relação à gravidez e à educação dos filhos” (CORRÊA; PETCHESKY, 1996, p. 168).

Do mesmo modo, a orientação sexual também deve ser considerada quando nos reportamos aos direitos reprodutivos de jovens, visto que tal questão precisa ser problematizada para além da ótica da reprodução heterossexual, já que diversas são as formas de ter filhos e filhas: “[...] considerando as possibilidades de gestação com ou sem uso de tecnologias”, entre outras destacamos a própria adoção. (COLETO, 2012, p.125).

Portanto, as autoras ressaltam que a linguagem universalizante dos direitos humanos necessita ser repensada para que possa englobar essas diferenças, já que tais direitos adquirem sentidos e prioridades distintas segundo os grupos e contextos culturais diferenciados.

Ávila (2003), por sua vez, acrescenta que é preciso pensar os direitos reprodutivos para além das prescrições de modelos sobre sexualidade e reprodução, propondo abordá-los de forma a envolver a intrínseca relação entre direitos e poder. A autora afirma que ter direitos é também ter poder, de forma que um direito não é concebido, mas sim conquistado e conservado, ou seja, não há direitos sem a sua plena realização. Portanto, se os jovens desconhecem seus direitos, consequentemente estarão destituídos de poder. É possível supor que, nesse aspecto, a educação seja um campo de atuação privilegiada, se proporcionar uma formação voltada aos direitos humanos, mais especificamente, aos direitos reprodutivos.

Nesse sentido, surge a necessidade de pensarmos em estratégias e ações para que tais direitos possam ser construídos enquanto caminhos éticos, “[...] no sentido libertário e igualitário e não no sentido prescritivo de constituição de um modelo e regras para o exercício da sexualidade e da vida reprodutiva” (ÁVILA, 2003, p. 466).

Partir dos temas e elementos da sexualidade para problematizá-los, tensioná-los, questioná-los, no sentido de gerar debates e troca de ideias, colocando em circulação os diversos posicionamentos sobre eles, suas potencialidades e seus limites, poderia ser um caminho profícuo para que cada sujeito possa refletir e analisar sua própria realidade e tomar as decisões mais condizentes com seus desejos, práticas e projetos de vida, quer dizer, uma perspectiva mais comprometida com os direitos do que com as prescrições (TORRES, 2014).

3. A ABORDAGEM DOS DIREITOS REPRODUTIVOS EM MATERIAIS DIDÁTICOS PRODUZIDOS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORAS/ES

A pesquisa de Coletto (2012) objetivou investigar como os direitos reprodutivos foram abordados e, especificamente, como foram tratadas e compreendidas as temáticas

das tecnologias reprodutivas, contraceptivas e conceptivas, e do aborto em materiais didáticos produzidos para a formação de educadoras/es através da iniciativa dos editais de projetos do Sistema de Educação Continuada a Distância (Secad).

Como já exposto, assumia-se que as professoras e professores, em sua maioria, não recebem formação para trabalharem com o tema da sexualidade. Por isso, considerou-se como uma importantíssima conquista a ação, em nível federal, do lançamento de três editais de projetos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/MEC, à época, de 2004 a maio de 2007, que se propunham a instrumentalizar educadoras e educadores nesse intento.

Os editais Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual (2005/2006); Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas (2006/2007); e, principalmente, o Educação e Gravidez na Adolescência (2006) abriram possibilidades para que o tema dos direitos reprodutivos fosse discutido com as educadoras e os educadores visando capacitá-las/los para realizarem tal trabalho com suas alunas e seus alunos.

Partindo das considerações de Vianna (2011, p. 210) que assevera que “[..] a discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade nas escolas é antiga, mas o mesmo não se pode dizer da proposição desta temática enquanto norteadora de políticas públicas federais na área da educação”, podemos apontar ainda o caráter inovador de tais ações empreendidas pela Secad nesse propósito.

Considerando o pioneirismo e valor dessas iniciativas, optou-se tomar os materiais didáticos nelas produzidos e dedicar-se a investigar como os direitos reprodutivos foram abordados, essencialmente naqueles materiais produzidos em projetos das instituições de ensino superior⁷.

Dos resultados desse trabalho, destacamos aqueles relacionados à abordagem dos direitos reprodutivos e da própria reprodução e gravidez nos editais e materiais didáticos.

No trabalho de análise, comparou-se aquilo que abrangiam as orientações dos editais com os materiais didáticos frutos de projetos subsidiados em cada uma das propostas.

Assim, do conjunto analisado, o edital Educação e Gravidez na Adolescência (BRASIL, 2006a) foi aquele que orientou marcadamente as ações a contemplarem os direitos reprodutivos enquanto referencial para se pensar a questão da gravidez na adolescência e sua relação com a educação escolar. Dentre os projetos apoiados através dessa iniciativa, encontra-se o único material no qual os direitos humanos são discutidos enquanto uma das possibilidades de referência para ações que tratam da sexualidade nas escolas, no entanto, isso é feito sem se mencionar os direitos reprodutivos. Assim, mes-

⁷ Ressalva-se apenas que os processos formativos que foram empreendidos a partir do desenvolvimento desses projetos foi mais amplo do que apenas a produção do material didático analisado, além disso, os próprios os materiais didáticos são muito mais complexos e densos do que a maneira como os expomos aqui, pois, infelizmente, para empreender nossas análises, foi preciso fragmentá-los e pinçar as partes mais significativas para a perspectiva com que nos propusemos a olhá-los.

mo tratando de questões que implicam os direitos reprodutivos, nesse projeto o tema da educação sexual coloca-se como mais abrangente, incorporando de forma esparsa a tematização dos mesmos.

Já os outros dois editais Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual (BRASIL, 2005) e Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas (BRASIL, 2006b) não imprimiram, consistentemente, orientações para que fossem tratados dos direitos reprodutivos, na formação continuada das/os educadoras/es. Conseqüentemente, entre os materiais dos projetos desenvolvidos nessas ações, os direitos reprodutivos foram pontualmente desenvolvidos em uma oficina, apenas citados uma vez em alguns materiais e mesmo sequer mencionados diretamente em outros.

Em três materiais didáticos houve alusão à Declaração de Valência⁸. Essa referência enquanto baliza para ações na educação em sexualidade merece uma análise mais detida. Indica-se que esse documento consiste de proposições de uma associação profissional, a Associação Mundial de Sexologia. De modo que, embora tais profissionais tomem os instrumentos internacionais de direitos humanos enquanto referência, suas próprias proposições não se adequam aos princípios que organizam os direitos humanos, como por exemplo, o de interdependência, pois tal classe profissional não se preocupa com direitos em outros âmbitos. O fato dos materiais didáticos referirem-se a esse documento pode se justificar, em parte, pela ausência da formulação bem fundamentada dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos, contudo cabe maior atenção à questão.

Quanto à abordagem da reprodução, enquanto tema, identificou-se que ela figurou muitas vezes atrelada à fisiologia do aparelho sexual, mas também ao tratamento de métodos contraceptivos e gravidez. Em vários momentos, expressamente havia nos materiais a defesa contundente, quase que unanimemente, de não restringir a sexualidade à reprodução. Um dos motivos subjacentes seria não tratar a sexualidade pelo viés biológico.

Todavia, as saídas decorrentes desse posicionamento variaram de entendimentos mais radicais, nos quais o tratamento desses temas pareceria de menor importância, ordinário e até ineficaz, sendo sintetizados como “[...] tratar de sexualidade não é tratar só de reprodução”, que se desencadeou na priorização de outros temas e ausência desse conteúdo na discussão, para outros entendimentos mais conciliatórios, que poderiam ser resumidos como “ao tratar de sexualidade deve-se tratar de reprodução, mas não só”, o que garantia a discussão desse conteúdo.

Em parte, essa polêmica advém de uma politização do tratamento da sexualidade necessária no campo. Mas ao optarem por não abordar a reprodução, inclusive sabendo

⁸ Foi elaborada no 13º Congresso Mundial de Sexologia realizado em Valência, na Espanha, em 1997 e revisada pela Assembleia Geral da Associação Mundial de Sexologia, em 1999 e aprovada no 14º Congresso Mundial de Sexologia, realizado em Hong Kong, na China, no mesmo ano (FURLANI, 2008, p41-42). O texto original em inglês está disponível em: <<http://www.tc.umn.edu/~colem001/was/wdeclara.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

que essa é considerada como conteúdo curricular escolar, as pesquisadoras e os pesquisadores responsáveis pelos materiais didáticos eximiram-se das orientações cabíveis, deixando a cargo das educadoras e dos educadores a forma e o teor com o qual o tema deverá ser tratado junto aos jovens.

Além disso, não acrescentam ao tema aspectos afetivos e culturais imbricados – como as responsabilidades no cuidado com as filhas e filhos, as emoções presentes na escolha ou recusa da reprodução, as formas de conciliar projetos de trabalho e maternidade e paternidade no mundo contemporâneo, a discussão do que é uma família, entre tantos outros assuntos – de modo que acabam por colaborar exatamente com aquilo que criticam: a manutenção do tema circunscrito aos aspectos biológicos.

Tal problemática pode ser observada também no caso das questões sobre gravidez que, acabou sendo generalizada como um problema que deve ser evitado, e praticamente estavam ausentes na abordagem teórica e presentes nas sugestões de atividades com alunas e alunos.

Nesse sentido, amplia-se o prejuízo, pois se oferece claramente sugestões de atividades, destacando de certa forma a importância da questão, mas novamente, não traz argumentos para ajudar as educadoras e os educadores no momento de sustentar uma discussão.

No entanto, diversas autoras têm discutido sobre o tema de modo a ampliar tal concepção, que, em muitas vezes, além de ser considerada restrita, pode também apresentar-se falsa. Heilborn et al. (2002, p. 20, grifos da autora) indica que a gravidez na adolescência

[...] pode ser tida como *inesperada* ou ser fruto de uma programação; pode resultar em vínculo, com separação posterior; em relações mais estáveis e duradouras; ou, ainda, não resultar em vínculo (quando o rapaz nega a paternidade). Ela pode redundar na parentalidade *irresponsável*, ou, ao contrário, configurar-se como um antídoto contra a anomia para os adolescentes. Mesmo quando assumida pelo parceiro, a gravidez e a parentalidade podem desembocar em arranjos domiciliares distintos: não-coabitação, coabitação parcial ou dupla moradia. Sobressaem, ainda, avaliações díspares e ambivalentes acerca da experiência.

Lamentavelmente, a gravidez na adolescência não foi abordada nos materiais didáticos como um fenômeno multifacetado, com significações altamente singulares para cada uma/um que a vivência.

Assim, talvez por priorizar outros temas e até mesmo outra abordagem teórica para comporem os materiais didáticos, pode-se dizer que os resultados apresentados nesses materiais didáticos, apesar de terem diversos méritos, pouco acrescentam sobre

gravidez e reprodução à formação de professores e à possibilidade da ampliação dos direitos reprodutivos na juventude.

4. A ABORDAGEM DOS DIREITOS REPRODUTIVOS EM MATERIAIS DIDÁTICOS AUDIOVISUAIS PRODUZIDOS POR ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Já a pesquisa de Torres (2014) teve como objeto de investigação as produções didáticas audiovisuais sobre o tema dos direitos reprodutivos, produzidas por Organizações Não Governamentais (ONGs), no Estado de São Paulo.

A partir do reconhecimento do incremento de políticas de incentivo ao trabalho educacional com os temas gênero e sexualidade, ocasionando a produção de materiais didáticos, o foco da pesquisa se voltou para os materiais audiovisuais que foram produzidos por ONGs no estado de São Paulo, decidindo pela análise dos materiais que contivessem, especificamente, discussões a respeito dos direitos reprodutivos de jovens. Grande parte desses materiais foi desenvolvida a partir de projetos de educação sexual que contam com apoio de diversas instituições e fundações internacionais⁹ e têm sido adotados por diferentes redes de ensino do Brasil para o trabalho com crianças e jovens.

Para a seleção das ONGs que participaram do estudo, foram realizadas sondagens na qual se localizaram e elegeram aquelas que, notadamente, já eram mais reconhecidas e consideradas socialmente, tanto em função de suas trajetórias e parcerias como da produção e circulação mais sistemática de seus materiais educativos.

A partir dos sites das instituições, traçou-se o perfil das duas ONGs selecionadas: Comunicação em Sexualidade (ECOS) e Grupo de Trabalho e Pesquisa em orientação sexual (GTPOS), sendo que ambas possuem longa experiência no trabalho com educação sexual, produção e circulação de materiais didáticos e formação de profissionais para o trabalho com o tema.

Dos dezoito audiovisuais encontrados nos sites das organizações, nove tratavam, diretamente, de temas relacionados aos direitos reprodutivos, como: maternidade, paternidade; gravidez na adolescência; saúde; métodos contraceptivos; aborto e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis. Para melhor delimitação do trabalho, foram selecionados quatro vídeos, que formaram o principal *corpus* documental do estudo, sendo eles: *Minha vida de João*¹⁰, *Era uma vez outra Maria*¹¹ e *Bonezinho Vermelho* (produzidos pela ECOS), além do *Você soube da Márcia?* (elaborado pelo GTPOS).

⁹ Para a produção de tais materiais, muitas Organizações Não-Governamentais recebem apoio financeiro de Fundações internacionais, como a Fundação Ford e MacArthur.

¹⁰ O vídeo se encontra disponível no Youtube no endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=gMatcineJi8>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

¹¹ O vídeo se encontra disponível no Youtube, no endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=-ezAQj3G4EY>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

Embora a investigação tenha como tema mais amplo a sexualidade dos jovens, o foco de análise centrou-se nas temáticas que envolvem a reprodução associada à juventude, ou seja, na gravidez, maternidade, paternidade, nos métodos contraceptivos, nos modelos familiares, aborto, dentre outros conteúdos temáticos debatidos e contemplados nos projetos educacionais.

Nos vídeos analisados, há uma representação única da gravidez entre jovens, delimitada por fatores como gênero e classe social. As relações assimétricas de gênero são evidentes, na medida em que as responsabilidades dos homens e/ou dos pais são pouco retratadas, em todas as narrativas. Nos vídeos, há um investimento muito maior no corpo e sexualidade das mulheres, porque elas ficam grávidas e se conformam em assumir a maternidade, o que acarreta uma mudança significativa no intercurso de suas vidas, através das dificuldades em conciliar estudos, cuidados com os filhos e, em alguns vídeos, trabalho.

A princípio, a imagem que prevalece é a gravidez, a maternidade e a paternidade como problemas que surgem como consequência do não planejamento das relações afetivas e sexuais, da imprevisibilidade. Tendo em vista que os direitos reprodutivos envolvem a decisão de ter ou não ter filhos, a abordagem dos audiovisuais configura-se como limitada e parcial, pois indica a maternidade e paternidade não como uma possibilidade, um desejo ou direito, mas como uma consequência do não uso de métodos contraceptivos. Após o conflito instalado (descoberta da gravidez pelos jovens), seu desenvolvimento caminha para a sensibilização dos personagens diante das novas responsabilidades que acarretam os cuidados de um filho, relacionando-a a um final feliz e conciliador.

Vale dizer que os filmes abordam a questão da reprodução para relacioná-la a uma *lição* que deve ser aprendida. Toda orientação aparece no sentido de mostrar como esse evento é causador de dificuldades na vida dos jovens e, embora o enredo enfoque a possibilidade de vivência da maternidade e paternidade entre jovens, não rompe com a ideia de gravidez na adolescência/juventude enquanto problema social, representação muito difundida na literatura científica e incorporada pelos discursos sociais.

Assim, as orientações dos vídeos são construídas com base em modelos negativos da sexualidade juvenil, no intuito de mudar comportamentos ou sensibilizar os jovens para o uso do preservativo. A reprodução é mostrada não como um direito de escolha de quando ter filhos, mas como resultado da dificuldade de acesso aos meios necessários para realizar tais escolhas, influenciados por questões culturais e sociais, como as desigualdades de gênero.

No que tange os métodos contraceptivos, os audiovisuais didáticos fazem diversas referências, sendo que o preservativo masculino e a pílula do dia seguinte são os métodos que mais aparecem nas narrativas. Assim, embora os audiovisuais enfoquem a relevância do uso de métodos contraceptivos pelos jovens, na tentativa de trazer a discussão

da prevenção tanto de doenças sexualmente transmissíveis como de uma gravidez não planejada e/ou (in)desejada, as narrativas construídas reafirmam a ideia de que o conhecimento não é suficiente para que seu uso seja garantido, tendo em vista que todas as histórias se orientam no sentido de retratar o jovem como aquele que não se previne, ainda que os motivos sejam variados. Ou seja, o discurso adotado pelos audiovisuais sobre a importância e necessidade de uso de métodos contraceptivos não é concretizado, ao longo das histórias.

Dessa maneira, os audiovisuais analisados podem ser compreendidos como roteiros culturais que são colocados à disposição tanto das e dos jovens quanto dos educadores e educadoras. De acordo com seus objetivos e através da ficção, eles traduzem instruções e prescrições que se encontram inseridas em histórias as quais identificam o que deve ser feito ou não em relação à sexualidade, onde e quando fazê-lo, com quem e por quê, além das consequências que tais comportamentos podem trazer.

Inferimos que tais materiais atuam como dispositivo da biopolítica, na medida em que estabelecem um currículo “politicamente correto”, sublinhando uma forma ideal de se viver a sexualidade na juventude, através de seu antimodelo. O discurso biopolítico substitui a pluralidade pela identidade, a opinião pela “verdade”, demarcando a existência de uma única perspectiva “politicamente correta”, que visa à coesão e à unidade do grupo, supondo que todos os jovens podem ser orientados da mesma maneira, pois têm os mesmos comportamentos, tipos de relacionamentos, família, sentimentos, desejos. Essa tentativa de homogeneização do grupo está, para Heller e Feher (1995,), sobrecarregada ideologicamente, porque suprime as diferenças dentro do próprio grupo.

Através de suas investigações, Vera Paiva (1996) sublinha que essa estratégia educativa é ineficaz, pois não incentiva o sujeito sexual a refletir sobre as múltiplas determinações que resultam na prática do sexo inseguro. Conforme Paiva (1996, p. 217), a definição de sujeito sexual está baseada na ideia de um indivíduo “[...] capaz de ser agente regulador de sua vida sexual [...] desenvolvendo uma relação negociada com as normas da cultura, familiar e do grupo de pares”.

Os vídeos oferecem linguagens, códigos e modelos de como tornar-se um jovem “[...] ‘legítimo/a’: bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente” (KELLNER, 2001, p. 9). Essas experiências têm a ver com a forma como são constituídas as identidades sociais – especialmente aqui, identidades de gênero e sexuais. Ou seja, as possibilidades de autonomia das e dos jovens ocorrem em espaços bastante limitados e a sexualidade juvenil é circunscrita aos problemas que ela evoca, através da imprevisibilidade, da falta de controle, da não proteção e da reprodução não planejada, o que supõe um necessário investimento, por parte dos adultos, em estratégias de intervenções capazes de minimizar essas vulnerabilidades.

Por conseguinte, verificamos a pouca correspondência entre os discursos que identificam os jovens, enquanto sujeitos de direito, agentes e protagonistas, capazes de participar das decisões sobre questões que impactam suas vidas e o tratamento que recebem, ao serem concebidos como imaturos ou irresponsáveis. As práticas de intervenção e medidas socioeducativas a eles destinadas são atravessadas por forte tom prescritivo e, certamente, não por acaso ou descuido, é notável o descompasso existente entre o que se diz e o que se faz, no que concerne à promoção da autonomia dos jovens para o exercício da vida cívica, em todos os seus sentidos.

Assim, os preceitos dos direitos reprodutivos, enunciados como norteadores dos materiais educativos, pouco se traduzem nas narrativas elaboradas, ou seja, a sexualidade juvenil é tratada na perspectiva do risco e não do direito. Fica explícito que a ideia por trás dessas histórias é a de educar e, conseqüentemente, mobilizar os jovens através do discurso do medo, estratégia que pode funcionar como uma forma de restrição da capacidade desse grupo de avaliar e decidir por si próprio.

Inferimos, portanto, que tais imagens são mediadoras de significados culturais que nos ajudam a pensar o mundo em que vivemos e problematizar os efeitos discursivos, em torno de experiências identitárias, particularmente da reprodução na juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um projeto de formação em gênero, sexualidade e reprodução consiste em um conjunto de ações políticas e organizacionais, sendo a produção de material didático uma das muitas possibilidades de ações a serem empreendidas, seja em iniciativas universitárias ou da sociedade civil. Cabe destacar, contudo, que o material didático tanto em formato impresso como digital (Cds e Dvds) ou mesmo *online* na internet permite variados usos por parte das e dos educadores, agregando inclusive o uso por parte daqueles que sequer foram alvo da ação educativa como um todo.

Nesse sentido, o material didático, depois de encerrada as ações presenciais, ganha certa independência do conjunto geral de atividades e conteúdos trabalhados. Assim, reforça-se a responsabilidade sobre o conteúdo veiculado em cada um.

Os projetos analisados em ambas as pesquisas discutidas nesse artigo pretendiam ser direcionados a um grande público de educadores e educadoras. Na investigação de Coletto (2012), tais materiais foram desenvolvidos em muitos casos antes das atividades presenciais ou prescindindo delas, de modo que foram feitos pensando em professores e professoras mais “abstratos”. Essa condição acarreta em dificuldades principalmente no que tange ao dimensionamento dos conteúdos. O que abordar? Que conhecimentos prévios se requer ou se presume que já tenham os participantes? Talvez essa caracterís-

tica possa ter colaborado para que a reprodução e a gravidez não constassem na parte teórica dos projetos pesquisados pela autora.

Da mesma forma, salientamos os achados da pesquisa de Torres (2014) que evidenciaram materiais desenvolvidos a partir da parceria de diversas ONGs e pautados em pesquisas e testagens (com educadores e jovens) para verificar a adequabilidade do material. Entretanto, com relação aos conteúdos, as formas de viver a sexualidade na juventude são bastante prescritivas, uma vez que os jovens são retratados, nos audiovisuais, como dependentes e irresponsáveis, perspectiva que restringe as potencialidades de mudanças ou rupturas com relação aos modelos mais tradicionais de gênero e sexualidade, revelando os limites impostos na produção de novos saberes e restringindo uma reflexão mais aprofundada sobre a sexualidade deste grupo.

Entretanto, não podemos perder de vista que as iniciativas referentes à produção de materiais para adentrar as escolas, tanto das ONGs como das Universidades, é de extrema importância e deve ser valorizada, uma vez que tais instituições estão comprometidas em trazer a discussão da sexualidade para o âmbito educacional, sendo essa uma significativa forma de agir, no sentido de que tais temas sejam incluídos nas instituições de ensino.

Salientamos, por outro lado, que não se trata mesmo de um novo tema em sexualidade, mas da defesa de uma abordagem diversa e mais profícua no tratamento das questões que envolvem reprodução, gravidez, contracepção e aborto.

Nesse sentido, compreendemos que cabe repensar o alcance e a responsabilidade envolvida na execução de materiais educativos. A tarefa ganha outros contornos expandindo-se para o compromisso com uma mudança de cultura, que envolve a sensibilização de todos os atores sociais envolvidos - quer sejam os docentes - quer sejam as jovens e jovens envolvidos nas ações educativas.

Autonomia, integridade corporal, igualdade e diversidade são os fundamentos éticos que estruturam o desenvolvimento de direitos reprodutivos democráticos e é possível que eles sejam evidenciados e sustentados em materiais didáticos produzidos nesse intento.

Nesse trabalho, levantamos como uma das questões centrais o quanto os materiais didáticos produzidos nessas ações atuam no sentido de provimento de condições de concretização dos direitos sexuais e reprodutivos entre as jovens e os jovens. Ao destacarmos suas potencialidades, também registramos características de esvaziamento ou pouco aproveitamento. Enfim, as pesquisas aqui discutidas e apresentadas alertam tanto aos pesquisadores das universidades, como aos de ONGs reconhecidas e interlocutoras das universidades, para o fato de que é possível adotar uma abordagem da sexualidade mais fortemente ancorada nos princípios dos direitos sexuais, reprodutivos e de gênero, tendo

em vista que tais perspectivas teriam implicações profundas nos saberes e nas práticas voltadas à formação de professores e professoras da educação básica.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum; TORRES, Taluana Laiz Martins; BEZERRA, Maytê Gouvêa Coletto. Rights and Reproductive Autonomy on Sexual Education for Youth: an analysis of the actions of Higher Education and NGOs. *ORG & DEMO* (Marília), v. 17, n. 1, p. 101-120, 2016.

ABSTRACT: Currently young sexuality is still presented as a problem for many institutions, especially educational and health entities. For this reason, young people are the target of policies about the social risk “prevention” concerning of reproduction and sexuality. By our understanding, young people have sexual and reproductive rights, as may human rights, including right of information, training, dialogue, contextualization, defend and organization for accomplish projects and struggle strategies. In addition, we reclaim the role of the educational institutions for guarantee these rights. The educational organizations, in all levels, must participate in training process about sexuality, responsibility and talk about the reduction of the violations of the autonomy and integrity. For that reason, we show here some results and analysis from two studies which aim to know the reproductive rights presented on educational materials designed to support educative activities for youth, which were produced in higher education institutions and ONGs.

KEYWORDS: sexuality education, reproductive rights, youth, NGOs, academic knowledge

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos da Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n.19 (supl.2), p.465-469, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais: Orientação Sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: < portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

BRASIL. Termo de Referência. **Instruções para apresentação e seleção de Projetos de Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. Termo de Referência. **Instruções para apresentação e seleção de Projetos de Educação e Gravidez na Adolescência**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006a.

BRASIL. Termo de Referência. **Instruções para apresentação e seleção de Projetos de Formação de Profissionais da Educação para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aborto e saúde pública: 20 anos de pesquisa no Brasil**. Brasília: Brasília. 2009. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_aborto.pdf. Acesso em: 13 mar. 2016.

BROWN, Josefina Leonor. Derechos sexuales y reproductivos: teoría, política y espacio público. Buenos Aires: Teseo, 2011.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CITELI, Maria Teresa. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005. (Coleção Documentos). v.2.

- COLETO, Maytê Gouvêa. **Abordagens dos direitos reprodutivos em materiais didáticos para a formação continuada de educadoras(es)**: uma análise a partir dos editais da SECAD. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista,. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Presidente Prudente.
- CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p.147-177, 1996.
- FONSECA, Laura; SANTOS, Sofia; CALDAS, José Manuel Peixoto. Cidadania, educação, responsabilidade social: percursos biográficos de jovens grávidas em contexto de protecção social. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 32, n.117, p. 1015-1033, out./dez., 2011.
- FURLANI, Jimena (Org.). **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC, 2008.
- HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond, Fiocruz, 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza et al. Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 13-44, jun. 2002.
- HELLER, Agnes; FEHER, Ferenc. **Biopolítica**: la modernidad y la liberación del cuerpo. Barcelona: Península, 1995.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.
- MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidades e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. 2010, Florianópolis. In: **Anais eletrônicos** do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277768490_ARQUIVO_ArtigoHierarquiasReprodutivas_LauraMattareSimoneDiniz.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social** : teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MOREIRA, Maria de Fátima Salum ; TORRES, Taluana Laiz Martins ; COLETO, Maytê Gouvêa. Direitos reprodutivos e educação: abordagens, reflexões e pesquisas. In: RIBEIRO, Arilada Inês Miranda; PRADO, Vagner Matias do (Org.). **Falando sobre gênero e sexualidades na educação**: vamos nos permitir?. Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 59-72.
- MOREIRA, Maria de Fatima Salum. Preconceito, sexualidade e práticas educativas. In: SILVA, Divino José; LIBÓRIO, Renata Maria C. (orgs). **Valores, preconceitos e práticas educativas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- PAIVA, Vera. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero, e o sujeito sexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. (Org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- SCAVONE, Lucila. Gênero e políticas feministas, o lado sul. **Estudos de Sociologia**. São Paulo, v. 1, p. 209-218, 2008.
- STENGEL, Márcia. **Obsceno é falar de amor?** As relações afetivas dos adolescentes. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- TORRES, Taluana Laiz Martins. **Trajetórias afetivo-sexuais entre jovens do ensino médio**: implicações dos sentidos de amor e maternidade. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Presidente Prudente.

TORRES, Taluana Laiz Martins. **Educação em direitos reprodutivos**: uma análise de materiais didáticos audiovisuais. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Presidente Prudente.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: Edição do Autor, 2009.

VIANNA, Cláudia Pereira. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**: as ações coletivas aos planos e programas federais. 2011. 253 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Submetido em: 10/01/2016

Aceito em: 18/04/2016